

## VITIMAÇÃO POLICIAL MILITAR NO RIO GRANDE DO NORTE<sup>39</sup>

*João Batista da Silva<sup>40</sup>  
Azor Lopes da Silva Júnior<sup>41</sup>*

**Resumo:** O presente artigo investigou a vitimação policial militar no Rio Grande do Norte, por meio de pesquisa documental e exploratória, tendo inquirido 622 alunos dos Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento de Sargentos da Polícia Militar do Rio Grande do Norte (PMRN), de novembro e dezembro de 2020, por meio de questionário *on-line*. Como objetivos, investigou-se as causas, consequências e percepções dessa vitimação, visando subsidiar políticas e ações institucionais e/ou governamentais de enfrentamento. Constatou-se poucos investimentos em segurança pública, efetivo diminuto e formação inicial e continuada deficitárias, aliado à prática de segurança privada exercida pelos PMs, que podem estar contribuindo para vitimação policial, as quais ocorreram, em sua maioria, em períodos de folga.

**Palavras-chave:** Vitimação policial militar. PMRN. Baixo investimento. Formação e capacitação precárias. Déficit de efetivo.

## MILITARY POLICE VICTIMIZATION IN RIO GRANDE DO NORTE

**ABSTRACT:** This article investigated the military police victimization in Rio Grande do Norte, through documentary and exploratory research, having asked 622 students from the Training and Improvement Courses of Military Police Sergeants of Rio Grande do Norte (PMRN), November and December 2020, through an online questionnaire. As objectives, the causes, consequences and perceptions of this victimization were investigated, aiming to support institutional and/or governmental coping policies and actions. There was little investment in public security, small staff and deficient initial and continuing education, allied to the practice of private security exercised by the PMs, which may be contributing to police victimization, which occurred, in most cases, during off-duty periods.

**Keywords:** Military police victimization. PMRN. Low investment. Poor education and training. Deficit of staff.

Recebido em 28 de outubro de 2021

Aprovado em 02 de novembro de 2021

<sup>39</sup> Artigo apresentado originalmente à Escola da Assembleia do Rio Grande do Norte, como requisito de aprovação no Curso de Especialização, lato sensu, em Gestão de Segurança Pública, em parceria com a PMRN, como correspondente ao Curso Superior de Polícia (CSP/2019).

<sup>40</sup> Doutor em Educação, Mestre em Ciências Sociais, Especialista em Polícia Comunitária, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFRN). Membro fundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP) e do Conselho Editorial da Revista deste Instituto (RIBSP). Atualmente é Major da PMRN e autor do livro Formação policial-militar no século XXI: diagnósticos e perspectiva. Natal: Minimbu, 2017.  
lattes.cnpq.br/8617007915492517  
<https://orcid.org/0000-0002-3829-1822>  
E-mail: [jbsbrown@yahoo.com.br](mailto:jbsbrown@yahoo.com.br)

<sup>41</sup> Doutor em Sociologia (UNESP-FCLAr), com pós-doutorado em hermenêutica jurídica (UNESP-IBILCE-Departamento de Letras) e avaliador (INEP-MEC)  
<https://orcid.org/0000-0002-6340-6636>  
<http://lattes.cnpq.br/6088271460892546>  
E-mail: [azor.lopes@terra.com.br](mailto:azor.lopes@terra.com.br)

## 1 INTRODUÇÃO

A polícia brasileira, como defendem muitos autores, é a que mais mata, mas, por outro lado, é a que mais morre no mundo, fenômeno este que vem sendo comprovado por estudos sistemáticos, realizados há mais de uma década por diversos órgãos, (FBSP, 2015; 2019, 2020); (WASELFSZ, 2016); (IPEA; FBSP, 2018; 2020); (OBVIO, 2018; OBVIUM, 2020).

Pesquisas sobre vitimação policial ainda são incipientes no meio acadêmico e institucional (SILVA, 2018a); (SILVA; ALMEIDA, 2021) e necessitam urgentemente de diagnósticos (MUNIZ; SOARES, 1998; MINAYO, 2005; CECSP/UFMG, 2016) com respaldo científico que possam desvelar possíveis causas desse fenômeno multifatorial. (MENKE; WHITE, 2002); (SILVA, 2018a).

O estudo foi realizado na PMRN e está classificado como pesquisa aplicada, de cunho bibliográfico, com objetivos descritivo-exploratórios e com abordagem quantitativa e qualitativa da análise dos dados da fase empírica (MINAYO, 2013), (PEROVANO, 2014), (SILVA, 2017b), tendo partido da seguinte pergunta de pesquisa: *que fatores podem ter contribuído para o aumento da vitimação policial militar no Rio Grande do Norte?*

Aponta-se três hipóteses para a problemática: 1. investimento parcos ou inexistentes nas forças de segurança pública estaduais<sup>42</sup> e consequente ausência de concursos públicos para recompor o efetivo (BORGES; SILVA, 2017); 2. pouca ou inexistente capacitação profissional para esses agentes; e 3. resultado de atividade de

segurança privada, exercida informalmente por policiais. (SILVA; ALMEIDA; 2021).

Focalizou-se o público-alvo das Praças da corporação, dado que são esses os integrantes, não apenas neste Estado, mas nas demais PMs, os mais vitimados (FBSP, 2018), (OBVIO, 20018; 2020); (SILVA; ALMEIDA, 2021). A coleta de dados foi feita por meio de questionário (MINAYO, 2013); (PEROVANO, 2014), utilizando o *Googleforms*<sup>43</sup>, dada à pandemia da COVID-19<sup>44</sup>, tendo como critério de inclusão o melhor de acesso ao público-alvo, sendo composto por 626 alunos sargentos do CFS/2020.2 e 83 segundos-sargentos, alunos do CAS 2020 da PMRN.

## 2 VITIMAÇÃO POLICIAL MILITAR: DIAGNÓSTICO E TEORIZAÇÃO

A vitimação policial é um fenômeno complexo e está inserido em outro, bem mais amplo e multifatorial, que é a problemática da violência generalizada no país, que aflige toda sociedade brasileira. Nessa perspectiva, “a vitimização se materializa em traumas, lesões ou mortes ocorridas na defrontação com a criminalidade e na manutenção da ordem (MINAYO, SOUZA, CONSTANTINO; 2007, p. 2772). Doravante, será adotado o termo *vitimação*, dado que o PM sofre a violência e não a prática contra si (SILVA; ALMEIDA, 2021).

<sup>42</sup> Conforme discurso do Ex-Comandante Geral da PMRN (2015/2016), afirmando redução de 35 milhões (2015) para 25 (2016) e em 2017, para 24. Disponível em: [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=1975264192720552&id=100007109709842&sfnsn=wiwspwa](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1975264192720552&id=100007109709842&sfnsn=wiwspwa). Acesso em: 05 Mar 2021.

<sup>43</sup> O *link* disponibilizado por meio do contato de *whats'app*, dos respectivos corpos discentes foi: [https://docs.google.com/forms/d/1owuWzKc\\_0fPFHCBiadku1nigMhKqdWzw7FOYL9AKm8/edit?usp=drive\\_open](https://docs.google.com/forms/d/1owuWzKc_0fPFHCBiadku1nigMhKqdWzw7FOYL9AKm8/edit?usp=drive_open), permanecendo aberto para resposta voluntárias no período de 08/09 a 20/11/2020.

<sup>44</sup> Vírus surgindo em UHAN/China (2019). Disponível em: COVID-19 is the disease caused by a new coronavirus called SARS-CoV-2. No Brasil infectou até o presente mais de 9 milhões de pessoas, levando a óbito mais de 260 mil. Disponível em: [https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em: 08 Mar. 2021.

## 2.1 AUSÊNCIA DE POLÍTICAS INSTITUCIONAL E GOVERNAMENTAL

Planejamento estratégico parece não ser um dos aspectos que permeiam a política institucional das corporações policiais, Brasil afora, o que não é diferente no PMRN. Os concursos públicos, por exemplo, ocorrem a partir de conformações políticas dos comandos e o respectivo Poder Executivo, em face das adversidades de cada comando/governo. A inexistência de regulamentação que vincule o ingresso não apenas nas PMs, mas nas demais forças de segurança, a partir de parâmetros técnicos (aumento populacional, índices criminais etc.), deixa essas instituições à mercê de “arranjos” políticos, nem sempre salutares às corporações.

O déficit do efetivo<sup>45</sup>, como analisaram Borges e Silva (2017) e Silva e Almeida (2021), em pesquisas realizadas na PMRN, é um dos fatores que devem ser ponderados, pois incide diretamente em outros fenômenos (formação inicial e continua deficitárias, baixo nível de profissionalização e precarização do trabalho).

Outro fator é a prática do *aligeiramento* da formação inicial, com o intuito institucional e governamental de rapidamente colocar os efetivos em formação para atividade operacional, inclusive, descentralizando essa formação, atribuindo tal competência a unidades operacionais, as quais não têm qualquer expertise formativa (BITTNER, 2003); (SILVA, 2017a).

Ocorre ainda certa obstacularização por parte de alguns comandantes imediatos que não incentivam seus comandados a participarem das poucas capacitações que são ofertadas, aliada à resistência do próprio PM que, em face da atividade de segurança privada que desenvolve, não realizam as respectivas capacitações. Alguns desses

comandos de batalhões, companhias e pelotões, entendem que se retirarem esses PMs para uma capacitação, causariam déficit momentâneo ao policiamento ostensivo diário, gerando dificuldades às suas gestões<sup>46</sup>.

## 2.2 FORMAÇÃO PROFISSIONAL DEFICITÁRIA E O MITO DO POLICIAL HERÓI

O nível de recapacitação profissional voltado para o enfretamento da vitimação policial é muito baixo ou inexistente na PMRN, dado que não há uma política sistemática de formação continuada na corporação, o que não diverge muito nas demais polícias Brasil afora. E mesmo quando há programas de capacitação, a *subcultura* institucional é mais presente na prática da atividade profissional cotidiana do que os conhecimentos apreendidos nas capacitações. (PINC, 2009).

O *ethos guerreiro* (ELIAS, 1993), na *subcultura* institucional representa o policial não profissionalizado que age a partir de suas próprias convicções para resoluções de problemas de segurança pública que, em nome da defesa da coletividade (LIMA, 2007, p. 58-61), desenvolvem ações não tão técnicas assim, inclusive, tendo como consequências danos a terceiros e a si. Em paralelo, por meio do *habitu civilizado*, atuando a partir de procedimentos técnicos institucionalizados ao longo do processo de profissionalização da atividade policial (SILVA, 2020b), este policial faz cumprir a lei, deixando de ser concebido como um arquétipo (super-herói) para alcançar a legitimação social de trabalhador (policial) profissionalizado.

Em uma das primeiras pesquisas realizadas no Brasil acerca da vitimização de profissionais de

<sup>45</sup> Á época da pesquisa a PMRN chegou ao índice mais baixo, em torno de 7 mil integrantes, com um efetivo previsto de 13 mil e 500 policiais. Dados fornecidos pela Diretoria de Pessoal da PMRN

<sup>46</sup> Essas constatações derivam de observações assistemáticas durante mais de 10 anos de atuação como técnico da Educação profissional na PMRN e carece, portanto, de estudos sistematizados. Em sua maioria, quando a capacitação não é obrigatória para ascensão profissional, são enviados policiais que estão à disposição da Junta Policial Militar de Saúde (JPMS) para completarem o número de policiais requisitados a cada batalhão ou companhia para determinada capacitação.

segurança pública, Minayo; Souza e Constantino, 2007, p. 2270, constataram que 94,1% dos PMs e 86,3% dos policiais civis se diziam em risco fora do trabalho. Essa também é uma constatação no país, do Mapa da Violência (2018), bem como nas pesquisas de Fernandes (2016), na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP); Ferreira, Cabelho e Rondon Filho (2020), na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT), Oliveira, C. Filho, Souza Neto (2020), pesquisando sobre a PMPB, e Silva e Almeida (2021), ambos estudos acerca da PMRN.

Uma formação inicial ou continuada deficitária (SILVA, 2017b) precariza a profissionalização de uma atividade laboral. Essa, por seu turno, ocorre em três dimensões: 1. Internamente, no corpo ocupacional como profissionalidade (regularização e fiscalização de suas atividades); 2. Externamente, como profissionalismo, pela busca concomitantemente para alcançar/manter o status de atividade profissionalizada, a partir da relação que mantém com as demais categorias profissionais (MENKE, WHITE; CAREY (2002); e 3. profissionalização como estado e processo, pois visa por meio deles alcançar/manter, concomitantemente, o status profissional no mundo e do mercado do trabalho, como atividade legítima e reconhecida. (RAMALHO; NUÑEZ; GAUTHIER, 2004); (SILVA, 2017b, p. 136).

### 2.3 SEGURANÇA PRIVADA: AUMENTO DA RENDA OU RISCO DE VIDA?

No Brasil, em 2013 e 2014, morreram 408 e 398 policiais militares, respectivamente, os quais se encontravam, na maioria, “de folga”, o que é denominado por estudiosos, como mortes identificadas em função da natureza do trabalho policial, mesmo que fora dos horários de serviço.

Autores como Minayo (2013) e Fernandes (2016) defendem que além dos fatores explorados nos subcapítulos anteriores, há outros que

intensificam essa problemática, como aspectos denominados “contextuais”, que se engendram nas redes de relacionamentos, onde os policiais convivem, seja formalmente, quando estão em sua atuação profissional (em uma ação legal ou ilegal), seja na informalidade no seu círculo familiar e de amizades, mas também quando agem como seguranças privados, em face de sua expertise como policiais.

A concepção de entendimento e/ou de definição teórico-conceitual da linha tênue entre “estar de serviço” e “estar de folga” pode ser uma das chaves para se compreender uma das principais causas da vitimação policial no Brasil e, conseqüentemente, uma possibilidade e alternativa de construção também teórico-conceitual, institucional e governamental para enfrentamento e minimização da violência praticada contra profissionais de segurança pública.

Silva e Almeida (2021) constatam que não são apenas os policiais que estão na linha de frente da segurança pública, que sofrem violência, até mesmo bombeiros fazem parte dos índices de violência que retratam o acumulo do Estado. Em média, nos últimos 08 anos, morreu 01 PMs assassinado no RN, por mês. Esses dados denunciam outra problemática na segurança pública: ausência de padronização de dados, o que só vem ocorrer apenas a partir de 2012. É possível também diagnosticar que houve um aumento dos assassinatos policiais nos anos de 2017 e 2018, decrescendo em 2019 e 2020. O que teria contribuído para tal elevação?

De acordo com Braga e Silva (2012), em pesquisa no RN, diagnosticaram que 50,4% já dos PMs daquele estado sofreram algum tipo de dificuldade financeira e, em face dessa situação, para manutenção e cobertura de suas despesas, geralmente, recorriam algum tipo de atividade extra corporação de segurança privada.

Policiais são vítimas, em potencial, em virtude de portarem armas, principalmente ao

realizarem serviço extra corporação. A prática dessa atividade de segurança privada expõe os policiais e, em tese, os poria em situação de maior risco, dado que a falta do aparato estatal, com os quais contam quando estão de serviço institucional, os deixam mais vulneráveis. (FRANÇA; DUARTE, 2017); (FERREIRA; CABELHO; RONDON FILHO, 2020; SILVA e ALMEIDA, 2021).

No RN o salário base para um soldado, à época da pesquisa, era de R\$ 2.904,00, isto é, mesmo não sendo o salário ideal, ainda era três vezes o salário-mínimo vigente no país. Infere-se, nessa perspectiva, não ser apenas a baixa remuneração o motivo do exercício da atividade de segurança privada, mas também o aspecto cultural um dos motivos que contribuem para essa prática<sup>47</sup>.

Esses fatores estão diretamente ou indiretamente relacionados e evidenciam a falta de cumprimento da exclusividade da atividade policial, somente autorizada sua exceção no caso da área de saúde e mais recentemente, o exercício do magistério<sup>48</sup>.

### 3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

#### 3.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Dos 626 discentes do CFS/2020.2 e dos 83 do CAS/2020.1, obteve-se 622 respostas, ao questionário, enviados para os e-mails e os contatos<sup>49</sup> de *whatsapp* dos respectivos policiais militares alunos(as), sendo 98,9% do sexo masculino e pouco mais de 1% do sexo feminino<sup>50</sup>. As respostas efetivas ao questionário totalizaram 549 Cabos e 70 Sargentos<sup>51</sup>, sendo 48,7% (303), composto por PMs na faixa etária de 36 a 40 anos de idade. De 41 a 45 anos é o segundo maior percentual, constituído de 33,4% (208) PMs. A terceira maior faixa etária é de 12,4% (77), de 31 a 35 anos de idade. A quarta faixa é composta 4,5% (28), de 46 a 50 anos de idade. E a última faixa etária corresponde aos PMs que estão acima de 51 anos, perfazendo 1% (6) PMs.

83% dos participantes tinham 36 a 45 anos, com 11 a 15 anos de serviço. Ou seja, com quase a metade da sua vida profissional desenvolvida, tomando como parâmetro que essa tropa é regida pelo regime previdenciário anterior à reforma do governo Bolsonaro<sup>52</sup>, que ocorreu em 2019, portanto, pode passar para inatividade aos 30 anos de efetivo serviço prestado.

Em sua maioria (82%), são casados(as) ou com união estável, tendo em média 01 (36,9%) ou 02 (32,7%) filhos, constituindo-se o principal mantenedor da família (92,6%), com uma renda

<sup>47</sup> Em muitas corporações, Brasil afora, tais serviços são tolerados pelos respectivos comandantes, segundo eles próprios, *como forma de ajudar seus subordinados*.

<sup>48</sup> Ao PM é facultado o direito do Art. 37, inciso XVI da CF/88 “XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: *a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;*”.

<sup>49</sup> Ao serem matriculados nos cursos profissionais da PMRN todos os alunos são matriculados no Portal do CFAPM: <http://cfapm.rn.gov.br/>.

<sup>50</sup> Em 2021 foi aprovada a Lei Complementar 683/2021 que extinguiu a diferenciação por sexo para ingresso nos quadros da PMRN. Disponível em: <http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/gac/DOC/DOC00000000264640.PDF>. Acesso em: 25 ago. 2021.

<sup>51</sup> Dos 622 PMs que participaram da pesquisa, um pequeno número deixou de responder alguma das perguntas. Como teorizado anteriormente, em face de uma *subcultura* policial de certa aversão às pesquisas acadêmicas e até mesmo temendo algum tipo de represália ou preconceito.

<sup>52</sup> No novo regime os militares federais e os estaduais passaram para a inatividade conforme a Lei Federal nº 13.954/2019, “Art. 97. A transferência para a reserva remunerada, a pedido, será concedida, por meio de requerimento, ao militar de carreira que contar, no mínimo, 35 (trinta e cinco) anos de serviço [...]”, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13954.htm). Acesso em: 20 Jan 2021.

média salarial mensal de 3 a 6 mil reais. Quando o aspecto é escolaridade, 287 (46,3%) dos PMs participantes da pesquisa têm Ensino Superior, 133 (21,5%) com Ensino Médio completo, 107 (17,3%) com Ensino Superior incompleto e 69 (11,1%) possuem Especialização *lato sensu*. Aproximadamente 1% de 622 PMs, têm apenas Ensino Fundamental ou Ensino Médio incompleto e na outra extremidade (1,3%), desses PMs possuem de Mestrado ou Doutorado.

Portanto, constatou-se que a tropa da PMRN é um efetivo experiente (pelo tempo de serviço), com responsabilidades como mantenedor da família, o que, em tese, representaria um policial mais prudente nas suas ações profissionais. Ou seja, talvez *o mito do policial super-herói*, como teorizado no capítulo 2, não seja tão significativo nas ações policiais desenvolvidas pelos policiais pesquisados.

### 3.2 RELATO DOS POLICIAIS MILITARES SOBRE VITIMAÇÃO POLICIAL

255 (41,1%) dos(as) PMs informaram ter sofrido violência de natureza “leve”, quando estavam de serviço institucional, enquanto 241 (38,9%) responderam que não. Por outro lado, 120 PMs, (19,4%), informaram ter sofrido algum tipo de violência de natureza “média”, quando estavam de serviço e 04 PMs informaram haver sido incapacitados definitivamente durante o serviço institucional.

A maioria, 564, (91%) disseram não ter colega de trabalho vítima ao realizarem segurança privada. Contudo, 33 (5,3%) deles, confirmaram que ao realizarem o serviço extra corporação sofreram violência “leve” e 22, (3,5%) dos PMs disseram ter sido vítimas de violência de natureza “média” quando realizavam segurança privada.

Observa-se que quando a resposta é pessoal esses índices caem, contrapondo-se às estatísticas nacionais. Porém, é forçoso ratificar que as questões culturais podem influenciar nas respostas, desnudando o fracasso dele (PM) e do próprio

Estado, frente à criminalidade, temáticas teorizadas no capítulo 2.

Expressamente de folga, realizando atividades pessoais, 466 (75,2%) disseram não ter sofrido qualquer violência. 102 PMs (16,5%) disseram ter sofrido violência “leve” e 49 PMs (7,9%) disseram ter sido vitimados com violência “média”.

O temor do preconceito dos colegas de profissão ao relatarem que foram vítimas de violência pode estar mascarando esses índices, pois ao publicizarem que foram vitimados, estão reconhecendo que perderam o “combate” para os marginais, como outros autores também já teorizaram. (MINAYO, 2013), (FERNANDES, 2016). Por outro lado, em que pese as estatísticas nacionais retratarem que a maior parte dos PMs são vitimados em período de folga, no RN, também há um número elevado de PMs vitimados em serviço, inclusive com lesões de natureza grave.

Inquiridos se tiveram um colega de profissão que viera a óbito no serviço policial militar, 414 (66,8%) afirmaram haver perdido um colega PM, que fora morto em serviço e 206 (33,2%) deles(as) não teve um colega pm que fora morto em serviço.

Quase 60% dos PMs entrevistados(as), 359 PMs responderam que tiveram um colega de trabalho que fora vítima de homicídio, quando estavam realizando algum serviço de segurança privada, não esclarecendo, contudo, se os PMs realizavam ou não alguma atividade de segurança privada, esta análise fica prejudicada.

Outra constatação é que se torna urgente/obrigatório o estabelecimento de protocolos para constituição de banco de dados com informações qualificadas que contribuam para que as ações institucionais e/ou governamentais de enfrentamento dessa violência sejam mais eficazes.

A maioria, 449 PMs dos entrevistados (72,4%) responderam que nos cursos profissionais não tiveram capacitação para enfrentamento da violência quando estão de folga. Isso evidencia que

é possível traçar políticas e/ou ações institucionais e/ou governamentais para o enfretamento da vitimização PM durante a folga, por exemplo, capacitações específicas para tais situações.

Outra medida é que, se não há permissão para exercer a atividade de segurança privada, sejam adotadas programas educativos e motivacionais para minar a necessidade de tais atividades e, em paralelo, não havendo cumprimento de tais normas pelos policiais, em último caso, adote-se a responsabilização.

Por fim, percebeu-se também um paradoxo, dado que há capacitações (mesmo que poucas) mas os PMs citaram a necessidade delas para o enfretamento dessa vitimação, bem como aumento do efetivo, melhores condições de trabalho, melhores equipamentos e viaturas, entre outros similares.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou lançar luzes sobre o fenômeno da violência contemporânea, que além de afligir a sociedade, em geral, impõe-se também aos profissionais de segurança pública, acuando-os, em especial, PM que é o agente estatal que cotidianamente atende milhares de ocorrências no país, expondo-se a confrontos armados, mas sobretudo, em períodos de folga, seja quando são reconhecidos por marginais, como policiais, quando tentam intervir em crimes ou ainda quando desenvolvem trabalhos informais de segurança privada.

Os achados da pesquisa apontam para possíveis subnotificações de violência sofrida, que não seja de natureza grave, como incapacitações definitivas, homicídios ou latrocínio, em face da *subcultura* policial de não demonstrarem sua fragilidade em relação aos criminosos. Esta é uma teoria que precisa de amadurecimento. Desvela, também, que na concepção de aproximadamente 10% dos policiais militares do RN, as formações, inicial e continuada, precisam de adequações no

sentido de melhor prepará-los para o enfretamento do crime violento. No que concerne à violência sofrida quando estão em períodos de folga, mais de 70% dos participantes da pesquisa informaram não haver capacitação o que, conseqüentemente, refletiu a maioria das respostas dos pesquisados(as) que sugerem formação inicial mais consistente, formação continuada, ou seja, profissionalização permanente.

Por fim, mais não menos significativo, os participantes da pesquisa sugerem aos gestores, seja em nível institucional e/ou governamental, melhores condições de trabalho por meio de aumento do efetivo, melhores equipamentos e armamentos.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; MINAYO, M. C. S. **Risco e (in)segurança policial**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 18(3), 2013.

BITTNER, Egon. **Aspecto do trabalho policial**. (Trad.) Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: EDUSP, 2003 (Série Polícia e Sociedade).

BORGES, A. G. M. V.; SILVA, J. B. Política de ingresso na Polícia Militar: planejamento para seleção e recrutamento no RN. In: David de Medeiros Leite; Patrícia Moreira de Menezes; Rogério Emiliano Guedes Alcoforado. (Org.). **Direito Público e Governança: reflexões práticas sobre políticas públicas**. 1ed. Mossoró: EDUERN, 2017, v., p. 57-106. e-book. Disponível em: [https://issuu.com/eduern/docs/direito\\_p\\_blico\\_e\\_governan\\_a\\_reflex/56](https://issuu.com/eduern/docs/direito_p_blico_e_governan_a_reflex/56). Acesso em: 02 fev. 2021

BRAGA, J.C.M.; SILVA, J.B. **atuação dos policiais militares do RN em atividades paralelas – “o bico”**: diálogo entre política, perfil socioeducacional, legislação e educação financeira. Academia de Polícia Militar “Cel Milton Freire de Andrade. PMRN: Natal, 2012.

CENTRO DE ESTUDOS EM CRIMINALIDADE E SEGURANÇA PÚBLICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (CECSP/UFMG). **Projeto Pensando a Segurança Pública: Qualidade de Vida, sofrimento psíquico e vitimização do trabalhador nas Instituições de Segurança Pública**. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

ELIAS, Norbert. **Processo civilizador: formação do Estado e civilização**. (Trad.) RUY JUNGSMANN. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. Volume 2.

FERNANDES, Alan, **Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014)**. Rev. bras. Segurança pública | São Paulo v. 10, n. 2, 192-219, Ago/Set 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 9. ed. São Paulo: Urbania, 2015.

\_\_\_\_\_. **Anuário brasileiro de segurança pública: violência e números 2018**. Disponível em: [https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf). Acesso em: 27 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Anuário brasileiro de segurança pública: segurança e números 2019**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 29 Mar 2021.

FERREIRA, R., CABELHO, V., & RONDON FILHO, E. (2020). **Vitimização policial**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) - ISSN 2595-2153, 3(6), 9-52. <https://doi.org/https://doi.org/10.36776/ribsp.v3i1.75>.

FRANÇA, F.G.; DUARTE, A. “Soldados não choram?”: reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**. Marília. Edição 19 – maio/2017.

IPEA. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. **Atlas da Violência 2018**. IPEA; FBSP. Rio de Janeiro, junho de 2018.

\_\_\_\_\_. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. **Atlas da Violência 2020**: principais resultados. IPEA; FBSP. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf>. Acesso em 21 jan. 2021.

LIMA, João Calvim de. **Atividade policial e o confronto armado**. Curitiba: Juruá, 2007.

MENKE, Bem A.; WHITE; Mervin F.; CAREY, William L.in: **Administração do trabalho policial**: questões e análises. (Org.) Jack R. Greene. (Trad.) Ana Luísa Amêndoa Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2002 (Coleção Polícia e Sociedade, n. 5).

MINAYO, M.C. S. **Estudo comparativo sobre riscos profissionais, segurança e saúde ocupacional dos policiais civis e militares do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde Jorge Careli/Secretaria Nacional de Segurança Pública; 2005.

\_\_\_\_\_; SOUZA, Ednilsa Ramos; CONSTANTINO, Patrícia . **Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública**. In.: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(11), p. 2767-2779, nov. 2007.

\_\_\_\_\_. **O desafio do conhecimento**: pesquisa científica em saúde. São Paulo: HUCITEC, 2013.

\_\_\_\_\_; ADORNO, Sérgio. **Risco e (in)segurança na missão policial**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2013, vol.18, n.3, pp.585-593. ISSN 1413-8123. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000300002>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000300002&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232013000300002&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 04 jan 2021.

MUNIZ, Jacqueline; SOARES, Barbara Musumeci. **Mapeamento da vitimização de policiais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER; UNESCO; Ministério da Justiça, 1998. Disponível em: [https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Monitoramento\\_vitimizacao\\_policiais.pdf](https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Monitoramento_vitimizacao_policiais.pdf), Acesso em: 20 Mar 2021.

OLIVEIRA, Onivan Elias de; C. FILHO, Álvaro; SOUZA NETO, Valdomiro Bandeira de. **É um assalto e se eu reagir?** Um guia de sobrevivência. João Pessoa: Ideia, 2020.

Observatório da Violência Letal e Intencional no Rio Grande do Norte (OBVIO). **A dor que não se percebe**. Natal: OBVIO, Edição 16, ano II, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2018/10/03/numero-de-agentes-de-seguranca-publica-mortos-no-rn-em-2018-supera-2017.ghtml>. Acesso em: 04 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Marcos Dionísio de Pesquisa OBVIUM. **Letalidade e Vitimização Policial 2015-2019**. Natal: ISSUU. Ano 4, Edição especial n.18

Revista de crime análise da Rede e Instituto de Pesquisa 2020, 115 p.

PINC, T. **Desempenho policial**: treinamento importa? Revista Brasileira de Segurança Pública. Ano 3 Edição 4 Fev/Mar 2009.

PEROVANO, Dalton Perovano. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Juruá, 2014.

SILVA, João Batista da. **Formação policial-militar no século XXI**: diagnósticos e perspectivas. Natal: Fundação José Augusto, 2017a.

\_\_\_\_\_. **Profissionalização policial-militar**: a Tomada de Decisão como conhecimento e saber profissional na PMRN. 2017. 295 p. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa em Pós-graduação em Educação. 2017b.

\_\_\_\_\_. (2018a). **A produção do conhecimento em segurança pública**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) - ISSN 2595-2153, 1(1), 55-61.

<https://doi.org/https://doi.org/10.36776/ribsp.v1i1.5>. Disponível em:

<http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/5>. Acesso em: 20 Out 2020.

\_\_\_\_\_. (2018b) **Herói ou vilão? vítimas ou algozes? quem são os profissionais de segurança brasileiros?** Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP), 1(3), 50-53. Recuperado de <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/39>.

\_\_\_\_\_. Profissionalização Policial-Militar e a judicialização da gestão pública no Brasil: qual a escolaridade necessária para ser um profissional de segurança? REBESP, Goiânia, n. 1, v. 13, p.20 - 32, jan. 2020a.

Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/427>. Acesso em: 02 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. (2020b). **Protocolo policial**. Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (RIBSP) - ISSN 2595-2153, 3(7), 90-104. <https://doi.org/https://doi.org/10.36776/ribsp.v3i7.105>. Disponível em: <http://ibsp.org.br/ibsp/revista/index.php/RIBSP/article/view/105/104>. Acesso em: 20 Out 2020.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, Andrey Jackson da Silva. **Vitimização policial**: diagnósticos e perspectivas. Revista Brasileira de Segurança Pública (RBSP). No prelo. 2021.

WAISELFSZ, J.J, **Mapa da violência**. 2016. Disponível em:

<[https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016\\_armas\\_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2018.